


---

**Citação bibliográfica:** Gaspar, J., & Lidónio, D. (2022). Continuamos a procurar a Geografia: o que é e para que serve – 2. *Ikara. Revista de Geografias Iberoamericanas*, (1). <https://doi.org/10.18239/Ikara.3059>

---

## Continuamos a procurar a Geografia: o que é e para que serve – 2<sup>1</sup>

Jorge Gaspar \*<sup>2</sup> 

Diogo Lidónio <sup>3</sup> 

**Resumo:** Nada mais apropriado para uma nova publicação periódica que oferecer contributos para a avaliação e atualização da sua agenda. Hoje, pelo seu posicionamento na Universidade e na Sociedade, a Geografia deve contribuir para as respostas adequadas às questões que se colocam no âmbito da sustentabilidade do Planeta e da Humanidade. Acreditamos que há uma prática geográfica que é necessário enaltecer e atualizar, face aos problemas com que a humanidade e os seus territórios se confrontam. É importante voltar ao “trabalho de campo”, adequado aos novos problemas, atualizado com novas técnicas, olhares e sentidos, e recuperar o ethos da Geografia: no trabalho com as comunidades, na participação das populações nos processos de gestão e de ordenamento do território, bem como na compreensão dos riscos naturais e antrópicos, a várias escalas espaço-temporais, das alterações climáticas às contaminações na cultura do ordenamento do território, com as suas evidências, consequências, mitigação e perceção.

**Palavras chave:** pensamento geográfico; fragmentação da geografia; local/global; mapa; natureza.

### Seguimos buscando la Geografía: qué es y para qué sirve – parte 2

**Resumen:** Nada más apropiado para una nueva publicación periódica que ofrecer contribuciones para la evaluación y actualización de su agenda. Hoy, por su posicionamiento en la Universidad y en la Sociedad, la Geografía debe contribuir a las respuestas adecuadas a los interrogantes que se plantean en el ámbito de la sustentabilidad del Planeta y de la Humanidad. Creemos que hay una práctica geográfica que necesita ser exaltada y actualizada, dadas las problemáticas que enfrenta la humanidad y sus territorios. Es importante volver al “trabajo de campo”, adaptado a los nuevos problemas, actualizado con nuevas técnicas, perspectivas y significados, y recuperar el ethos de la Geografía: en el trabajo con las comunidades, en la participación de las poblaciones en los procesos de gestión y ordenamiento territorial, así como en la comprensión de los riesgos naturales y antrópicos, en diversas escalas espacio-temporales, desde el cambio climático hasta la contaminación en la cultura de la ordenación del territorio, con sus evidencias, consecuencias, mitigación y percepción.

**Palabras clave:** pensamiento geográfico; fragmentación de la geografía; local/global; mapa; naturaleza.

---

<sup>1</sup> Retomamos aqui o artigo publicado em 2013 na INFORGEO, Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos. A necessária releitura originou acertos e atualizações, de que damos conta neste renovado texto.

<sup>2</sup> Geógrafo, Professor Emérito U.L., CEG/IGOT (Portugal). \* Autor/a correspondência: [jorgegaspar@campus.ul.pt](mailto:jorgegaspar@campus.ul.pt)

<sup>3</sup> Filósofo, Professor na Escola Artística António Arroio (Portugal).

**Fontes de financiamento:** Código para o enquadramento institucional dos autores: FCT: UIDB/00295/2020.

## Still searching for Geography: what it is and what it is useful for - 2

**Abstract:** Nothing is more appropriate for a new periodical publication than offering contributions to the evaluation and updating of its agenda. Today, due to its positioning in the University and in Society, Geography must contribute to the adequate answers to the questions that arise in the scope of the sustainability of the Planet and of Humanity. We believe that there is a geographical practice that needs to be praised and updated, given the problems facing humanity and its territories. It is important to return to “field work”, adapted to new problems, updated with new techniques, perspectives and meanings, and to recover the ethos of Geography: in working with communities, in the participation of populations in the processes of management and territorial planning, as well as the understanding of natural and anthropic risks, at various spatio-temporal scales, from climate change to contamination in the culture of spatial planning, with their evidence, consequences, mitigation and perception.

**Key words:** geographic thinking; fragmentation of geography; local/global; map; nature.



### 1. INTRODUÇÃO

Não deixa de ser intrigante assinalar que nenhum mortal confrontado com a palavra Geografia tenha necessidade de buscar um dicionário, ou sequer de abordar a Wikipédia: a Geografia estuda o planeta, remete para as terras e os mares, os rios e as montanhas, os continentes e os países, as regiões e as paisagens, enfim, um conjunto de temas banais e necessários, ao alcance de toda a gente. Todavia, para aqueles que por via de percursos universitários adquiriram a titularidade de geógrafos, a questão é muito complexa, não só sobre o que é o campo próprio da Geografia (e daí tantas derivas erráticas), como para que serve a Geografia (e daí tantos discursos de desilusão e negação de um domínio de saberes que tem a idade do Homem).

Em contrapartida, o conceito original foi adotado e adaptado noutros domínios do saber, que o tornam operativo como parte dos seus conceitos e modelos, integrando no mesmo processo instrumentos fundamentais do saber geográfico: mapa, cartografia, centralidade, periferia e tantos outros. Assim, a Geografia, ao mesmo tempo que se tem dispersado ou balcanizado no seu corpo fundador, tem permitido a outras práticas e saberes uma melhor delimitação dominial. Ora esta aparente fragilização também traz outros contributos e, fundamentalmente, facilita o estabelecimento de pontes e de diálogos.

Este dinamismo não é novo no percurso histórico da Geografia, tendo chegado muitas vezes a provocar a migração de conteúdos que originavam novas ciências. Mas mantêm-se sempre as articulações com os outros saberes da Geografia, nas ciências (nas exatas, nas da terra ou nas sociais/humanas), nas artes e nas técnicas.

Os geógrafos, sempre tão exigentes com o seu domínio de saber e as suas especialidades, vêm esquecendo o essencial, o mais nuclear e valioso que a Geografia tem para oferecer e de que o Mundo tanto precisa: o papel formativo, a dimensão de cidadania integral, ou o que se poderia designar (para usar uma expressão de que se vem abusando) uma literacia geográfica elementar, que passa pela valorização das vias descritiva, interpretativa e inventiva, todas elas no cerne dos saberes geográficos.]

### 2.

*La Géographie ça sert d'abord à faire la guerre* é o título de um livro de Yves Lacoste, de 1976, que na altura provocou grande entusiasmo e inspirou muitas linhas de investigação e de intervenção cívica por parte de geógrafos de todo o mundo. Vivíamos a quente as sensações e sentimentos da guerra do Vietname, a que se associaram, entre outros factos, grandes avanços técnicos nos domínios da cartografia, da teledeteção ou da geo-referenciação, que da esfera militar rapidamente migraram para a civil. Vivíamos também as atrocidades do ditador Pinochet que, amiúde, era apresentado como professor de Geografia Política, de

Geopolítica e de Geoestratégia na Academia Militar, com livros publicados sobre estas matérias. Tudo parecia então bater certo!

Mas esquecíamos que, ao longo da história, a Geografia também contribuiu sobremaneira para o bem-estar e para a paz entre os povos. O incentivo às viagens e a facilitação das trocas são dois dos maiores feitos da Geografia de que o Planeta e a Humanidade tanto têm beneficiado. Pois se as trocas são um facto económico, elas começam por ser o resultado de factos geográficos, de que resultam as diferenças e as complementaridades do Planeta. Mas também não podemos esquecer que as trocas, os fluxos – de bens e serviços, de pessoas, de capitais e informação – se vêm subtraindo aos constrangimentos geográficos, pela sua aceleração e pelo encolhimento das distâncias e nivelamento das diferenças. Existiria assim uma espécie de estiolamento das fronteiras, não apenas físicas, mas sobretudo culturais, que obrigaria a uma reorientação do foco do local para o global. Atribui-se ao escritor brasileiro Nelson Rodrigues a observação de que a televisão matou a janela: se a janela representa a escala doméstica/local (da rua/bairro), a imagem em movimento e os múltiplos dispositivos que dela se servem transportam-nos para a escala global. Significa isto que os próprios factos geográficos se alteraram substancialmente, ou alteram-se apenas os instrumentos pelos quais são investigados e divulgados?

Em todo o caso, se não imaginamos um general que se possa dar ao luxo de ignorar a Geografia (ou a História), a verdade é que também um diplomata ou um economista, por exemplo, precisam dela. Podemos perguntar-nos se a projeção da Geografia no espaço público, na agenda mediática ou nas prioridades políticas e educativas não estará dependente da proximidade da guerra, da presença de esforços de paz e da celebração de tratados, ou da consciência das variáveis do desenvolvimento (económico, social, cultural) ao nível local e global.

### 3.

Todavia, podemos afirmar que existe uma outra geografia, a um tempo banal e essencial, sem lugar marcado, sem marca registada, que caiu no domínio público e ganhou força, o que faz com que muitas vezes fertilize, contamine e catalise conhecimentos livres. Essa geografia percorre os saberes e as práticas das artes, das técnicas e das ciências. Importa, pois, refletir e investigar intensivamente para saber qual é o núcleo essencial desta geografia, o seu princípio ativo, que permitiu a mutação que chegou à superfície, fora de qualquer “controlo” dos geógrafos. Sabemos que se trata de uma topologia difusa e amiboide, muito adaptativa, mas isto não explica a sua valorização estética e poética, que resulta em boa medida do simples facto de se habitar um território.

Entretanto, as muitas aflorações “heréticas” e difusas que se vão produzindo nas múltiplas comunidades do espaço implodido que é hoje a micronésia da *geografia académica* – das universidades à União Geográfica Internacional, das revistas científicas às associações correlativas, têm não só um potencial criativo na fronteira com outras disciplinas, como poderão contribuir para o restabelecimento da centralidade da Geografia, suportada em três eixos relativamente consensuais, dentro do que Ron Johnston chamou a “holding” da Geografia: território, ambiente (natureza) e espaço. Para isso é necessário desenvolver em conjunto projetos coerentes e com utilidade social evidente. (Cf. Johnston, 2005). Este autor tem abordado em vários trabalhos a questão da fragmentação em Geografia, procurando sempre evidenciar o que é comum a outros domínios do saber científico e interrogando-se sobre o que pode ser específico da Geografia. A contextualização histórica que caracteriza as análises de Johnston permite estabelecer um percurso temporal da Geografia face a outras disciplinas e, no essencial, assume-se como a evolução “natural”, a formação no interior da Geografia, de “comunidades subdisciplinares”. Esta situação não significa que não seja necessário um conceito central, que foi o da Geografia Regional, ao longo de várias décadas e que ainda hoje se poderá encontrar em “preocupações comuns”, tais como território, espaço e ambiente, mas que não convergem nas abordagens temáticas.

A análise sistemática de revistas anglo-saxónicas de referência, tanto para a Geografia Física como para a Geografia Humana, ou ainda para a integração dos dois domínios, permite inferir que a Geografia, enquanto disciplina académica, pouco mais é do que uma “holding para investigadores que operam em

comunidades quase independentes” e que se disseminam a partir dos departamentos de Geografia das universidades (cf. Johnston, 2005).

Claro que esta fragmentação tem as suas explicações e, em boa medida, é comum a outras disciplinas, mas é comprovadamente mais acentuada na(s) Geografia(s), o que tem prejudicado a afirmação dos geógrafos e do seu trabalho. Todavia, essa fragmentação pode também trazer algumas vantagens, desde que a “holding” possa desenvolver projetos coerentes e com utilidade social evidente. Então, a partir daí, poderá restabelecer a sua centralidade suportada nos tais eixos consensuais – território, ambiente (natureza) e espaço. Isso poderia abrir caminho a uma “refundação”, tanto ao nível universitário como na recuperação do espaço no ensino primário e no secundário.

#### 4.

Também falta uma reflexão sobre o que há de básico nos saberes geográficos e que, necessariamente mantém atualidade; no fundo, os fundamentos “perenes” da Geografia, conceitos como a Terra Planeta, os seus mundos e os seus espaços; as escalas, o seu dinamismo e as alterações que acompanham as mudanças do “Sistema Terra”, do local ao global; a relação/interação homem/meio.

É necessário ser crítico relativamente a certas contaminações, que afloram como novidades, em geral vindas da nebulosa das Ciências Sociais.

No debate natureza-cultura, central em muitas das atuais “science wars”, tem-se evidenciado uma clara tendência inflacionária para considerar tudo e mais alguma coisa como construção social. Nas ciências sociais, de um modo geral, vem-se insistindo, em parte como reação (tardia) às correntes positivistas, na ideia da “verdade” ou do “conhecimento” como construção social (ver a propósito o instrutivo e divertido *The Social Construction of What?* do filósofo canadiano Ian Hacking, de 1999, com abundantes exemplos).

Este construtivismo social corresponde à enésima versão do chamado nominalismo (a ideia de que não existe uma realidade independente do que podemos pensar sobre ela), remonta aos sofistas, a que Platão opôs uma teoria realista, e manifesta-se em muitas outras correntes, como as marxistas, estruturalistas, pragmatistas, ou “pós-modernas” particularmente ativas em certos círculos académicos na área das Ciências Sociais (e, diríamos, em certas latitudes).

Um dos encantos da ideia prende-se com o seu carácter libertador e progressista: ao considerar o saber como “constructo” ou “narrativa”, como atividade social determinada por interesses e contextos específicos, mediada pela linguagem e outras convenções e instituições sociais, abre-se às mais diversas apropriações ou derivações – das minorias, dos excluídos, dos que não dispõem de poder nem autoridade; mas também de excursões por outras dimensões da vida que muitas pessoas tendem a considerar importantes, o afetivo, o espiritual, o imaginário; e, numa apreciação menos laudatória, não deixarão de existir nalguns casos motivações corporativas. Em todo o caso, o sentido antiautoritário, antielitista e “igualitário” da ideia ajudará a compreender porque faz parte do nosso “Zeitgeist”. E estaria assim muito bem não fora o facto de, frequentemente, se tender a considerar essas diferentes “construções” como incomensuráveis, ao mesmo tempo que as “narrativas” se referem cada vez mais a outras narrativas (ou às mesmas) e se afastam das coisas, isto é, das realidades concretas e da evidência empírica, ao ponto de priorizar a consistência interna, como sucede com os intérpretes que acabam por ficar embaraçosamente reféns das suas teorias (e dos seus dogmas).

#### 5.

A perspetiva de que a Geografia repita este gesto e se afaste da matriz de campo, da observação *in loco*, da perceção concreta dos modos de habitar o espaço e construir os lugares, é impensável, pelo menos enquanto o seu objeto não for extinto. A expressão do construtivismo social na Geografia, em lugar de ser vista como uma deriva errática que reforça as tendências relativistas e especialistas, poderia ser entendida como uma tentativa de relevar as interdependências entre diferentes níveis de observação e análise, o social, o económico, o cultural, mas também, necessariamente, o físico. Assim, haveria que

compreender a ideia de “socialização da natureza” ou de “construção social da natureza” de forma benévola, como uma chamada de atenção para o modo como são possíveis diferentes discursos sobre o espaço, os recursos, a natureza (a que corresponderão diferentes interesses, campos de investigação, ou mundividências), e como esses discursos engendram práticas diversas e modos diferenciados de nos relacionarmos com a natureza (de agirmos sobre ela e de a transformarmos). Esta versão deflacionária (minimalista) da ideia de “construção social” permitiria salvaguardar o património (ou, para recorrer a uma metáfora geográfica mais apropriada, o solo) a partir do qual se deve (também) pensar a natureza: a paisagem física dos lugares e das gentes e os sinais das suas transumâncias, que não deverão deixar de ser tidos em conta como fonte de controlo e inventário com o qual toda a “construção” se deverá confrontar.

A ideia de socialização da natureza compreende um duplo movimento: a assunção de que a nossa relação com a natureza é mediada e moldada por dispositivos representacionais, por um lado, e, por outro, o reconhecimento (a denúncia?) de que deixou de existir uma natureza independente do homem, no sentido em que a atividade humana comprometeu definitivamente a autarcia natural (basta pensar nas alterações climáticas, mas também na extinção de espécies ou na revolução genética em curso, já para não falar no modo como os recursos e paisagens naturais são enquadrados pelo trabalho humano). A natureza “selvagem”, prístina e incorrupta, dá assim lugar a uma “segunda natureza”, artificial, humana e social. Em qualquer dos casos, tenhamos em consideração a transformação material da natureza ou a sua transformação simbólica, o que se deixa adivinhar é o “fim da natureza” (como espaço e como categoria). Fim da natureza, crise da natureza: por um lado, crise de objetividade, já que os mecanismos de agenciamento social contaminam toda a observação, classificação e explicação; por outro, transformação da própria realidade, através do desaparecimento de uma natureza associal, apropriação de toda a vida vegetal e animal, recriação da vida por meio de inovações tecnológicas como a engenharia genética e a biónica. (Cf. *Nature* in Gregory et al., 2009).

## 6.

Vivemos há mais de meio século num movimento de aproximação dos territórios, “encolheram” os países, os continentes e o Planeta. Vários geógrafos dedicaram sínteses riquíssimas e muito penetrantes a este processo de encolhimento, que em muitos sentidos também foi de nivelamento do próprio Planeta. Encolhimento e nivelamento que, no essencial, ficaram conhecidos por “globalização”, embora, como várias análises têm mostrado, quando inseridos em dadas escalas de análise, não signifiquem menos desigualdades entre os homens e entre as nações. Da melhoria geral das condições de vida no planeta, resultado de uma certa harmonização entre os grandes conjuntos que o constituem (continentes, macrorregiões) resultou que no interior desses grandes conjuntos as desigualdades se acentuaram, conclusão válida tanto para a Europa ou as Américas, como para a China ou a Índia.

O mesmo se processou no interior de espaços de menor dimensão, mas onde a grande abertura também favoreceu os mais bem colocados, os mais *fortes*, os que souberam aproveitar as oportunidades que se depararam nesses períodos. A Suécia e, em geral, os países nórdicos, são bons exemplos de territórios que beneficiaram da “abertura” proporcionada pela globalização, respondendo pela valorização das suas vantagens competitivas, mormente ao nível do capital humano e do capital social, sem evitar, porém, um aumento das desigualdades sociais.

Como noutros períodos da História da Humanidade, a um período de grande euforia e abertura, que resultou daqueles processos de globalização, seguem-se períodos com dinamismos de sentido oposto. Ora a Geografia geralmente tem papel relevante em qualquer das situações, o que contribui para o enriquecimento conceptual e metodológico da disciplina. Embora os movimentos divergentes, no sentido da especialização dos domínios de estudo dos geógrafos, sejam largamente dominantes, como alguns autores têm mostrado, (Cf. Jonhston, id), também se observam tentativas de promover a convergência desses saberes, quer no ensino, quer na investigação, quer na aplicação prática.

7.

*Geography Matters* é, talvez, o mais feliz *slogan* alguma vez construído para chamar a atenção para a necessidade de não negligenciar a importância da Geografia na prossecução do bem-estar e progresso das sociedades. Deve-se a Doreen Massey, e surgiu num contexto de erosão da Geografia por parte da envolvente das Ciências Sociais. Massey defendeu a Geografia precisamente nesse contexto: a Geografia era, assim, fundamental para compreender as desigualdades sociais, a luta de classes, os ataques que o capital desencadeava sobre as classes trabalhadoras.

Não existiu nunca uma geografia pura – neutra, “inocente”, puramente técnica, uma vez que os modos de produzir conhecimento têm sempre um carácter ativo e político, performativo, no sentido em que geram inevitavelmente transformações nas relações sociais – na terminologia de Foucault dir-se-ia que novos dispositivos de saber geram novas instâncias ou modalidades de poder. A este propósito, Noel Castree refere a existência na Geografia de uma “ongoing epistemological enterprise well worth following” (Castree, 2005, p. 11). Entretanto, os economistas redescobrem a Geografia e o então futuro Nobel, Paul Krugman, recupera mesmo os conteúdos “clássicos” e a velha designação da Geografia Económica.

Mas nos tempos mais recentes o maior impulso dado à Geografia, no conspecto das ciências, das tecnologias e até das artes, veio do seu mais antigo ramo, a *geografia matemática*, ou antes, da Geometria: geo-grafia e geo-metria são os dois travejamentos iniciais da Geografia. O “Pai” Eratóstenes foi o precursor dos atuais sistemas de georreferenciação e, por aí, dos sistemas de informação geográfica, fundamentais nas esferas económica, social e cultural da Humanidade, do local-local, ao global-global. E foi a maior empresa do Mundo dedicada aos sistemas de informação geográfica, a ESRI, que recuperou (ou que se apropriou) da máxima de Doreen Massey, *Geography Matters*, intitulado assim uma pequena brochura promocional, de 16 páginas, ao longo das quais mostra a importância da Geografia naquilo que ela tem de mais elementar para toda a atividade dos humanos – o onde das coisas - *Why Geography Matters*: “A transformation is taking place. Businesses and government, schools and hospitals, nonprofit organizations, and others are taking advantage of it. All around the world, people are working more efficiently because of it. Information that was limited to spreadsheets and databases is being unleashed in a new, exciting way—all using geography.” (Esri, 2008).

8.

A Geografia mantém a sua importância no reconhecimento e aprofundamento de muitos dos temas interdisciplinares que têm a maior atualidade e que nunca deixaram de constituir domínios abordados pelos geógrafos, com maior ou menor sucesso, com maior ou menor utilidade prática e científica: o comércio, o alargamento ou encolhimento das trocas – da globalização à localização; as interações entre os humanos e o ambiente, nas suas diversas escalas e especificidades territoriais, começando pelas três grandes componentes do planeta – a sólida, a líquida e a gasosa, culminando na síntese que são as alterações climáticas, a sua perceção e reações correlativas, caso da alimentação, nas suas múltiplas dimensões: ecológica, sociológica, antropológica e tecnológica. E tudo isto tem tradução nos exercícios de poder e na necessidade de encontrar formas de governação, a diferentes escalas e em diferentes domínios. A generalização do uso do GPS, de ferramentas como o Google maps, mas também de diretórios estatísticos como o Gapminder, de Hans Rosling, são apenas mais alguns exemplos dos contributos que a Geografia proporciona ou, pelo menos, que a formação ou a experiência geográfica permitem.

Em tempos escrevemos, a propósito da importância do desenho para o ofício de geógrafo, que era necessário voltar a refletir sobre a maneira de armar uma peça de terra para regadio, à geometria e à hidráulica... à geometria e à ordem. A cidade só é possível com o desenvolvimento da agricultura e não o é apenas no plano económico e social, é-o também no plano técnico e geométrico. E neste sentido é mais imediatamente do regadio que procede também o desenho da cidade: o fluxo das águas, a geometria e a hierarquia dos canais/regos de irrigação é não só absorvida no metabolismo urbano como também na estética urbana. O regadio só é possível com a ordem geométrica, mas também com a ordem jurídica.

O campo minhoto, com mais de dois mil anos de bem assimilados ensinamentos introduzidos pelos romanos, é uma demonstração acumulada de saberes da vida vegetal e animal, da hidráulica, técnicas e leis. Dentro de uma aparente desordem, que pelos encontros aproxima a bouça e o monte ao campo, emerge a ordem e a geometria no desenho das leiras e dos esteios; a agricultura propriamente dita é *promiscua*, que significa o domínio da dimensão tempo: o conhecimento do ciclo vegetativo das várias espécies cultivadas, o que permite a intensificação do uso do solo.

Idêntica sabedoria é demonstrada na rega dos países mediterrâneos, mormente nas hortas que circundam as aglomerações urbanas: na armação da peça para regadio tem-se em conta a forma como vão coexistir no tempo (nos dias e semanas que exige cada cultura) e no espaço (no núcleo interno dos canteiros – os alfobres; nos camalhões que os delimitam e seguram a água, ao longo dos regos que levam a água até aos canteiros); assim se dispõem os feijoeiros, as couves, as alfaces, as nabiças, que serão colhidos em tempos diferenciados – os feijoeiros serão a seu tempo apoiados em canas, pelas quais vão trepando e assim ficarão a produzir ao longo de semanas: primeiro o feijão verde, no final as vagens secas...

É este saber da *buerta* que está subjacente à análise do embaixador veneziano na corte de Carlos V, de que nos fala Pedro Corominas em

El Sentimiento de la Riqueza en Castilla: Cuenta Andrea Navajero, el embajador veneciano en la corte de Carlos V, que por todas partes se veían en su tiempo en los alrededores de Granada tantas casas moriscas, que juntas formarían otra ciudad. Y añade: «verdad es que son pequeñas, pero todas tienen agua y rosas, mosquetes y arrayanes, y son muy apacibles, mostrando que la tierra era más bella que ahora cuando estaba en poder de los moros; (...) ellos son los que tienen las tierras labradas y llenas de tanta variedad de árboles. (...) En todas partes donde permanecieron mucho tiempo y la tierra les dió facilidad para ello, en la llanura de Zaragoza, en Lérida, en las huertas de Valencia, en las vegas de Toledo y Granada, en las riberas del Guadalquivir, dejaron señales evidentes de su gusto por la vida y el cultivo del campo. Sin acudir a otro género de pruebas, nos bastaría, pues, hacer una exposición de lo que hicieron en distintos territorios de España en cuanto a captación y canalización de las aguas y a la bella disposición de las huertas, para dejar patentizado que los moros, cualesquiera que fuesen su raza y procedencia, sintieron profundamente el amor de la riqueza territorial. (Corominas, 1917, pp. 185-186).

## 9.

Mas a Geografia é *importante* por muito mais razões do que a que decorre do papel que o geógrafo pode ter no ordenamento do território. Não esqueçamos que a primeira função da Geografia é contribuir para a formação cívica dos cidadãos num contexto multi-escalar - do cidadão local ao cidadão global. São várias as razões, desde logo, é a própria essência do humano, “um ser eminentemente geográfico” (Sack, 1997). E não será já este um tema bíblico? Num versículo do Evangelho de S. João (3:31) encontramos “Aquele que vem da terra é da terra e fala da terra”. Geo-grafia, a descrição da terra: falar da terra, cuidar da terra de que somos. Não deixam de ser injunções apropriadas ao ofício do geógrafo.

Num mundo cada dia mais global, mas, por isso mesmo, mais regional e mais local, o papel ativo e formativo da Geografia é um imperativo para todos os geógrafos, como escutá-los é uma obrigação de todos os políticos. Aliás, não será a primeira virtude do geógrafo a fidelidade à terra e ao complexo de sinais/sintomas a partir dos quais se deixa interpretar? Há que recuperar a semiótica da Geografia, “precisão na perceção”, através da educação do olhar (aquele olho que acompanhou na sala de aulas tantas gerações de geógrafos...), que torna possível forjar toda a espécie de narrativa sobre as casas, as pessoas e a vida das cidades, dos campos e das hortas, de um modo geral, reconstruindo biografias inteiras a partir dos indícios aparentemente mais insignificantes e subliminares.

Na realidade, a nossa perceção do espaço e, portanto, uma certa geografia pessoal e espontânea, não é inteiramente consciente, na medida em que a multiplicidade de experiências que a formam confere à experiência global um carácter infinitesimal. Leibniz é o primeiro grande contributo alemão na história da Filosofia ao mostrar que a consciência é acidental na representação (300 anos antes de Freud!), ou seja, que a nossa representação da realidade (a que se refere como *aperceção*) compõe-se de muitas “petites

perceptions” e que estas são com frequência inconscientes, como sucede com os diferentes sons numa orquestra ou numa vaga ou maré, ou, acrescentamos nós, com a paisagem. O “je ne sais quoi” que forma o que designamos umas vezes por ambiente, outras por espírito (ou para os jovens, o *mood* ou a *vibe*) de um bairro, uma cidade, um destino de férias, o carácter difuso e imersivo da vivência do território, formam não só essa geografia pessoal e banal a que aludimos, como contaminam também a pública e académica. Na medida em que há uma dimensão estética e não meramente utilitária na geografia, a ousada teoria de Leibniz tem outra implicação: é que esta experiência está mais próxima da sensação do que do conhecimento e a sensação é a soma de muitas impressões ou “petites perceptions” inconscientes. Leibniz sugere, portanto, a possibilidade de a representação e o conhecimento resultarem não de ideias claras e distintas como exigia Descartes, mas da “confusão” de pequeníssimas impressões vindas de todo o lado. Na realidade, a geografia, sendo uma ciência de lugares, lida com tudo o que é humano, porque, por enquanto, tudo o que é humano se passa na Terra.

A educação, o treino ou adestramento da percepção, com o que compreende de identificação, contextualização, reconhecimento, e com todos os matizes a que está naturalmente sujeito, dadas as diferenças de formação, de sensibilidade e de objeto de análise, parece-nos ser o contributo mais importante da Geografia e dos geógrafos, para a formação do cidadão. Assim, a vocação política da geografia refere-se não apenas aos problemas de planeamento e ordenamento do território, à estratégia, mas também ao despertar da consciência crítica, de modo que a sua fruição seja qualificada e essa virtude que a geografia parece exibir talvez não saia com tanta frequência quanto desejável do círculo académico, para contaminar outros níveis de “divulgação” – o currículo escolar, a comunicação social, o associativismo, as indústrias do turismo, etc.

## 10.

Os artistas e os poetas que, melhor do que ninguém, sabem sondar os futuros, sempre recorreram à Geografia e às suas metáforas como conteúdo das suas mensagens. E no tempo que vivemos podemos observar um incremento dessa aproximação entre a criação artística - das artes visuais às performativas, da música à literatura e à poesia - e os múltiplos conceitos e instrumentos dos geógrafos: a paisagem, o mapa, o lugar, o espaço habitado... São inúmeros os exemplos que encontramos nas nossas deambulações artísticas ou literárias, mas talvez uma das mais assertivas e inspiradas seja a de Michel Houellebecq em *La carte et le territoire*:

(...) Jed comprou um mapa das estradas “Michelin Departamentos” da Creuse, Haute-Vienne. Foi ao desdobrar o mapa, a dois passos das sanduíches de pão sem còdea, embrulhadas em celofane, foi ali que conheceu a sua segunda grande revelação estética. Aquele mapa era sublime; (...) Nunca contemplara um objeto de tal modo magnífico, tão rico de emoção e de sentido como aquele mapa Michelin à escala 1/150.000 da Creuse, Haute-Vienne. A essência da modernidade, da apreensão científica e técnica do mundo, estava ali (...) O desenho era complexo e belo, de uma clareza absoluta, utilizando apenas um restrito código de cores. (2010, p. 47)

E umas poucas páginas à frente, a propósito de uma exposição de Jed, onde se expunham, lado a lado, uma fotografia aérea e um mapa de um mesmo território, o autor afirma: “O contraste era impressionante: enquanto a fotografia de satélite apenas dava a ver uma sopa de verduras mais ou menos uniformes salpicadas de umas vagas manchas azuis, o mapa desenrolava um fascinante entrelaçado de estradas departamentais, de estradas pitorescas, de miradouros, de florestas, de lagos e de desfiladeiros.” E termina, afirmando que “o mapa é mais interessante que o território”, aliás, título da própria exposição. (Houellebecq, 2010, p. 72).

São também inúmeros os exemplos que encontramos nas artes plásticas e visuais - da escultura à fotografia – que elaboram sobre o mapa, a cartografia, o atlas e afins, com uma riqueza de conteúdos que dificilmente se encontrariam no meio académico-científico da Geografia. Ao contrário do que vem sucedendo com os geógrafos, os principais museus e centros de arte por todo o Mundo dedicaram, nos últimos anos, exposições fascinantes de aprofundamento e descoberta da importância dos mapas, que



frequentemente nos levaram a pensar por onde têm andado os geógrafos? Os resultados, longe de esgotarem o levantamento, são espantosos e evidenciam inúmeras pistas para o diálogo e cooperação entre a Geografia e as artes visuais.

O mapa, nas suas funções de guia, de suporte de informação, de modelo do território, não tem sido suficientemente explorado enquanto ferramenta da Geografia e dos geógrafos. E, todavia, a relação entre mapa e território é fértil em associações, porque o mapa também é o território tornado humano: romântico, burocrático, ideológico, simbólico, científico, económico, político, histórico. Entre o dado (o território enquanto espaço físico) e o mapa (a construção, a representação) joga-se a passagem da *physis* ao *nomos* (conflitual, segundo os sofistas, ou supletiva, como em Aristóteles), da natureza à lei, que é, na realidade, consubstancial ao próprio étimo da disciplina: *Geo* (o território) + *graphein* (a descrição, que é também, necessariamente, interpretação).

No mapa convivem os acidentes geográficos (terra e água, montanhas e rios, baías e enseadas, etc.), as vias de comunicação (estradas, linhas de comboio, portos...) e a dimensão político-administrativa (fronteiras, divisões administrativas e outras instituições imaginárias). O elemento natural prevalece na pequena escala, quando nos afastamos - terra/mar, deserto, floresta, gelo, etc. - e o elemento humano torna-se dominante à medida que a escala aumenta (aí surgem já castelos, igrejas e monumentos, jardins, hospitais e escolas, farmácias, restaurantes). O contraste torna-se ainda mais expressivo quando consideramos a diferença entre o mapa tradicional em papel e o *googlemaps* com a sua escala variável, em que é possível saltar do mapa para o território (imagem satélite) e ser transportado ao nível da rua (*street view*) com um clique. À medida que a escala aumenta começam a dominar os factos institucionais, com as suas respetivas funções de estatuto, i.e. de poder.

## 11.

Embora com diferentes leituras e diversas valorações, o mapa, sempre assumido como um modelo do território, provoca um fascínio poderoso sobre todos os que a ele acedem, geógrafos ou não geógrafos. As leituras e descrições do território são sempre mediadas por modelos. A própria paisagem constitui um modelo, particularmente evidente na abordagem de Vidal de la Blache, em que a memória funciona como modelador, alisador, do observado, dando origem à paisagem. A reprodução/interpretação cartográfica representa outro nível de abstração: para Franco Farinelli a paisagem é o que fica de fora da interpretação cartográfica, ou seja, para além do mapa; no fundo, em termos de análise estatística, o mapa constituiria a representação da regressão, enquanto a paisagem corresponderia aos residuais: *Ma che cos'è davvero il paesaggio? A farvi caso il paesaggio è nient'altro che quel che della Terra resta dopo che la carta, l'immagine cartografica, ha rappresentato quello che può rappresentare.* (Farinelli, 2007, p. 66). Assim, para uma representação completa do território é necessário desenhar o mapa e ler a paisagem, duas faces do mesmo modelo, como a reta e os seus residuais.

Por tudo isto, será legítimo afirmar a necessidade de o mapa ocupar um lugar central na continuada formação dos cidadãos, nomeadamente e sobretudo, na formação dos geógrafos, o que não tem sido tão evidente como seria de esperar. De facto, uma grande parte dos artigos publicados em revistas de Geografia abandonaram o recurso ao mapa, não só enquanto ferramenta e técnica de suporte, mas também enquanto objeto de reflexão e de inovação dentro da Geografia. Mas o que nos parece mais grave é a carência de conhecimento mapeado do território e os frequentes logros resultantes da perda do sentido da escala, que o mau uso dos SIG e de muita informação disponível na internet acentuam.

A acreditarmos nas lições do século passado, um Mundo cada dia mais conectado e acelerado exige respostas em várias frentes por parte dos saberes da Geografia. Assim, desde logo é expectável um forte impulso nas áreas da Cartografia e dos Sistemas de Informação Geográfica, que devem apoiar, em tempo real e em tempo prospetivo, todas as ações dos humanos, de natureza política, económica, social e cultural.

Destas dinâmicas resultarão novas oportunidades para muitos lugares e ameaças para outros, o que significa também aceleração nos processos de erosão das terras e das gentes, e maior turbulência na

construção e desconstrução das identidades. A Geografia deverá aprofundar estas questões, ganhar capacidades teóricas e metodológicas, e também instrumentos capazes para o desenho de políticas públicas. Assim, antes de mais, a Geografia deverá investir continuamente no que sempre foi o seu domínio central - o conhecimento da Terra, nas múltiplas dimensões dos seus territórios.

Com o progresso das tecnologias de leitura e análise das imagens georreferenciadas e com a abundância da informação estatística e factual das esferas económica, social e cultural, criou-se a ilusão que os territórios são bem conhecidos e permanentemente escrutinados. O acesso à informação, que corresponde, no essencial, à dimensão horizontal/espacial do conhecimento, é por si só insuficiente, como é óbvio, mas mais do que isso, chega a ser, por dispersão ou distração, contraproducente - o conhecimento exige a dimensão vertical (temporal), a frequência, o hábito, a persistência. Como sucede com frequência, o poeta é capaz de dizer em dois versos o que o erudito precisa de dois tomos para formular. Num lancinante lamento, T.S. Eliot, nos *Coros de O Rochedo* (1934), pergunta:

Where is the wisdom we have lost in knowledge?

Where is the knowledge we have lost in information?

## 12.

Em momentos de balanços e em tempos de incertezas ainda mais se justifica refletir sobre o(s) passado(s) e olhar para o(s) futuro(s). Neste contexto, seja-nos permitido trazer para esta reflexão os conteúdos básicos da Geografia, enquanto metáforas da própria disciplina. Tem-se falado amiúde de “arquipélagos” e “ilhas” e menos de continentes. De resto, a globalização e as técnicas de contínuo escrutínio das dinâmicas territoriais do Planeta têm trazido muitas informações sobre o valor de algumas convenções construídas para a sua descrição, tão simples como os limites dos continentes e dos oceanos, ao ponto de nos confrontarmos no dia-a-dia com a questão da posição física da Europa no Mundo – Continente ou Península da Ásia, como lhe chamou Pierre Gourou? E enquanto o Pacífico e o Atlântico continuam a disputar a primazia dos oceanos, apesar do deslocamento do eixo do Mundo para nascente, o Índico permanece impreciso nos seus limites, de grande mar de mares mediterrâneos.

A Geografia nunca chegou a ser um continente, será mais um oceano, pelas navegações e conteúdos fluidos. Mais do que um arquipélago, é um mar de mares, povoado por muitas ilhas. Enquanto nação também é difícil de circunscrever, pois é um povo de pequenas nações nómadas, mercadores que se alimentam da valorização do que os outros produzem.

Naturalmente, nos tempos de abertura que vivemos, com o incremento das navegações e das trocas, a Geografia ganha importância, tanto por facultar conhecimentos que valorizam o global, como pela capacidade de mostrar o local nas suas dimensões circunstanciais. Já na década passada, para alguns de forma inesperada, a revista *Economist*, num “caderno” sobre as novas tecnologias, enfatizava o “regresso” da importância do lugar e da Geografia: *Special report: Technology and geography Location, location, loca quetion* (2012, Outubro 25).

Desde os primórdios da prática da geografia que o ofício de geógrafo tem sido também o de dar a conhecer o mundo aos mundos, nas suas diversidades e diferentes escalas. Assim se construiu um património fantástico que devemos atualizar e valorizar, através da “revelação” e difusão dos textos clássicos da disciplina. Como exemplificação e nos limites (artificiais) da Lusofonia, sugerimos que se inicie o processo pela divulgação de obras de autores como Orlando Ribeiro (Portugal), Milton Santos (Brasil), Ilídio do Amaral (Angola e Cabo Verde) e Francisco Tenreiro (São Tomé e Príncipe).

## 13.

Numa entrevista de 2013 (*Social Science Bites*, 2013, Feb. 1) quando questionada sobre o que é a Geografia, e também a História, Doreen Massey, surpreendentemente, respondeu de forma “definitiva”: a Geografia é sobre o espaço, a História é sobre o tempo! Ora cremos como assente, pelo menos desde os anos 1960, com Hägerstrand, que tanto a História como a Geografia tratam do espaço e do tempo. Espaço e tempo são, em Kant, as formas puras da sensibilidade, as condições de toda a intuição sensível,

de toda a experiência. Configuram, ao mesmo tempo, os limites do conhecimento humano. Assim, a Geografia e a História constituíram-se como domínios fundamentais de todo o saber humano, situando todas as práticas, instituições e estruturas sociais, e também o mundo natural, por referência a esses dois eixos fundamentais – o quando e onde de tudo quanto existe.

Mas a História e a Geografia podem ser aproximadas noutra perspetiva, a da sua incompletude essencial e da conseqüente necessidade de extrair da diversidade a norma. Demos a palavra a Schopenhauer que, na sua *Metafísica do Belo* (cap. XIX), observa:

A história, que me parece ser a antítese da poesia, é para o tempo o que a geografia é para o espaço. A primeira é, como a segunda, uma ciência no verdadeiro sentido da palavra: ambas têm como objeto não verdades universais, mas tão só coisas particulares.

(...) Por outro lado, a história pode ser vista como uma continuação da zoologia, com a diferença de que no caso dos animais basta considerar as espécies, mas no caso do homem, que é dotado de um caráter individual, temos de nos familiarizar com indivíduos e com os eventos individuais que os condicionam. A incompletude essencial da história é uma consequência direta deste facto, porque os indivíduos e os eventos são incontáveis. Com o estudo da história, o que já sabemos de modo algum reduz a soma do que ainda há a saber: com as verdadeiras ciências, um conhecimento completo é pelo menos concebível; quando a história da China e da Índia se abrirem a nós, a infinidade do material que hão de revelar tornará patente o absurdo dessa possibilidade e forçará todo aquele que é ávido por este tipo de conhecimento a perceber que há que reconhecer o múltiplo no uno, a regra no caso individual, os modos das nações no conhecimento das ações humanas, e não acumular factos ad infinitum». (Schopenhauer, 2014, pp. 268-270).

*Mutatis mutandis*, o mesmo poderia ser dito da Geografia, quanto à sua incompletude essencial, mas também quanto à necessidade de extrair do múltiplo o uno, dos casos individuais a regra, ou das ações os modos (em lugar de colecionar factos, números, *data*). E se a história fosse, de certo modo, a continuação da zoologia, seria a geografia a continuação da geologia?

É necessário que a Geografia e os geógrafos voltem à simplicidade das formulações – “O Homem e a Terra” nos espaços e nos tempos: aí nos encontramos e daí, mais uma vez e sempre, os saberes geográficos difundem-se e contaminam outros saberes e outras práticas. Por isso, hoje há tantas “geografias” quantas as reflexões sobre as coisas, as ideias, as pessoas e os espaços. Têm aparecido trabalhos notáveis de atualização de uma certa geografia “clássica”, do retorno ao território no sentido da relação dos humanos e da terra. A este respeito releva-se a monografia de Peter Haggett sobre um *petit pays* da sua Somerset natal (Haggett, 2012).

Por isso entendemos que é necessária uma reflexão sobre a importância de recuperar e aprofundar uma certa tradição geográfica (Livingston, 1992). Acreditamos que há uma prática que é necessário enaltecer e atualizar, face aos problemas com que a humanidade e os seus territórios se confrontam. É importante voltar ao “trabalho de campo”, adequado aos novos problemas, atualizado com novas técnicas e novos olhares e, do mesmo modo, recuperar e explicar o *ethos* da Geografia: no trabalho com as comunidades e na participação das populações nos processos de gestão e de ordenamento do território. Neste contexto, é necessário estudar mais e com uma constante preocupação ética: os riscos naturais e antrópicos, a várias escalas espaciais e temporais, as alterações climáticas e as contaminações na cultura do ordenamento do território com as suas evidências, consequências, mitigação e percepção.

#### 14.

Mas é necessário assumir que há e é desejável a reciprocidade, o diálogo cruzado, quer nos conceitos quer nas ferramentas, bem como nos temas eleitos. Falámos dos mais atuais e talvez dos mais óbvios – o mapa e o atlas - mas não esqueçamos a paisagem, conceito e tema polissémicos, a que se volta sempre, ou em que se está sempre, e que alguns geógrafos continuam a pensar, erradamente, que faz parte exclusiva

do seu património. Recordemos aqui mais uma passagem de alguém estranho à Geografia, a artista plástica Fernanda Fragateiro: “o que me interessou mais nesta peça é que são desenhos em que eu não desenho. São desenhos inesperados que surgem a partir de uma operação de corte de livros. Depois o conjunto da peça é lido quase como se fosse uma paisagem, uma textura...”

Há muitos anos que se fala da crise da Geografia, em certos períodos apregoa-se a necessidade ou o surgimento de uma *Nova Geografia*, mas a Geografia tem sobrevivido, operando alterações de conteúdos e no seu posicionamento no conspecto dos saberes e das academias. Cremos que esta resiliência se fica a dever a diferentes fatores que se verificaram em distintos momentos. Nos nossos dias emergem, entre outras, três causas maiores: 1. A adaptação na procura do entendimento dos problemas e das respostas que se colocam às comunidades, de base territorial, social ou cultural; 2. A necessidade que as comunidades têm sobre os saberes “tradicionais” da Geografia, promovida pelo aprofundamento dos processos de Globalização, Regionalização e Localização; 3. As adaptações táticas no interior das universidades, enquadradas em práticas de sobrevivência corporativa.

Porque é importante não esquecer o património da Geografia, acreditamos que algumas das grandes obras que estão no cerne dos saberes geográficos se vão manter nas práticas futuras, mormente aquelas que ao longo dos anos têm sustentado a disciplina, robustecendo-a e mantendo-a como necessária. Voltemos, então, aos que em cada período histórico definiram os paradigmas. No fundo, a Geografia precisa de redescobrir, a partir de autênticas experiências vivenciais, de referendar e defender, atualizando, os seus clássicos, no mesmo sentido em que eles existem noutros domínios do conhecimento.

Segundo sei, alguns artífices antiquados recusam usar madeira semelhante por considerarem que não serve. E eles sabiam. O artífice habilidoso era o último juiz. Ao toque da plaina (poucosada hoje em dia) ou sob o machado (considerado obsoleto), a madeira revelava qualidades que dificilmente podem ser encontradas de outra forma. Os meus próprios olhos conhecem a diferença, porque as minhas mãos puderam senti-la, mas sou incapaz de ensinar isso a um estranho, entre cinzas ‘duras como fibra’ e cinzas ‘rugosas como cenouras’, ou húmidas, ou ‘moles como biscoitos’. Em carvalho, em faia, estas diferenças são igualmente evidentes, mas só para aqueles que foram iniciados por meio de trabalho prático. (Sturt, 1923, como citado em Dreyfus & Kelly, 2011, p. 229).

Virgílio Taborda também nos demonstrou o monte, uma das paisagens matriciais da Europa, com suas maciezas e asperezas:

O termo de monte serve em Trás-os-Montes para designar os tratos de terreno cobertos duma vegetação arbustiva geralmente lenhosa em que intervêm também certas espécies herbáceas. Em grande parte, consecutivo à desarborização, o monte corresponde aos diversos estádios de degradação da floresta primitiva. Dele fazem parte plantas que pertencem à Europa atlântica e à região mediterrânica. Entre as primeiras citaremos, além dos carvalhos que constituem frequentemente moitas de carvalheiras, os tojos (*Ulex europaeus*, *U. nanus*), a giesta das vassouras (*Sarothamnus scoparius*) e urzes diversas (*Calluna vulgaris*, *Erica cinerea*, *E. Tetralix*). O grupo mediterrânico está representado, por sua vez, pelas esclerofilas sempre verdes – as moitas de carrasqueiras são bastante características na região mais oriental –, certas genístas mediterrânicas ou propriamente ibéricas e ibero-mauritânicas (*Genista falcata*; *G. hystrix*; os codeços, diversas espécies do género *Adenocarpus*; a carqueja, *Pterospartum tridentatum*), o tumelo ou arsã (*Lavandula Stoechas*), os tomilhos (*Thymus Mastichina*, *T. Zygis*, *T. vulgaris*), o trovisco (*Daphne Gnidium*), diferentes espécies de urzes, como a urze alvarinha ou riádega (*Erica arborea*), de flor branca e rosada, que chega a atingir o porte duma pequena árvore e sobe em Montesinho até 1.300m, a queiroga (*Erica umbellata*), de flores azuladas ou róseas, a *Erica australis*, de flor rosada, plantas com bolbo como o gamão (*Asphodelus albus*) e, finalmente, o grupo das estevas ou xaras, constituído por várias espécies de cistos (*Cistus ladaniferus* principalmente, *C. laurifolius*, *C. salvifolius*, *C. populifolius*, *C. hirsutus*), os quais com as suas flores brancas por vezes manchadas de púrpura são uma nota típica na paisagem de certas regiões xistosas de além Tua.

Na composição do monte, a ocidente, entram principalmente leguminosas (giestas, tojo, carqueja) e ericáceas (urzes atlântico-europeias e mediterrânicas). As labiadas

(Lavandula, Thymus) e as estevas são características da região de além Tua, mais seca, de céu mais puro e luminoso.

É curioso notar, por fim, que a ação do homem também de certo modo se faz sentir na vegetação do monte, pelo menos alterando a percentagem das espécies que a integram. Os tojos e as giestas chegam mesmo, nalguns lugares, a cultivar-se. É que o monte tem a sua função no sistema agrícola trasmontano: dele sai, em grande parte, o adubo para as terras. Não admira, pois, que o homem tivesse protegido as plantas mais úteis, como as leguminosas, desprezando ou excluindo as outras. (Virgílio Taborda, 1932, pp. 97-99).

Não serão já muitos aqueles capazes de apreciar e compreender os veios e rugosidades da madeira, como não são muitos, *hélas*, aqueles capazes de reconhecer a riqueza e variedade, natural e lexical, da paisagem trasmontana; mas enquanto o território e a paisagem, as suas gentes e modos, forem objeto de estudo, o seu apelo perdurará e hão de continuar a formar-se gerações nesse conhecimento – alguns, formalmente, enquanto geógrafos, muitos mais, espera-se, com um renovado interesse (ou amor) pelo espaço em que vivem, nas suas diferentes escalas. Para rematar sublinhando a inusitada incursão filosófica no domínio da geografia, digamos por fim que talvez a procura da Geografia a que nos referimos no título deste excurso não ande longe daquela que se atribui à origem da Filosofia: o espanto, a admiração, e o desejo de compreender.



**Declaração responsável:** Os autores declaram que não existe conflito de interesses em relação à publicação deste artigo.

## 15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castree, N. (2005). *Nature*. Routledge.
- Dreyfus, H., & Kelly, S.D. (2011). *All Things Shining* (Tradução portuguesa: *Um Mundo Iluminado*). Lua de Papel.
- Eliot, T.S. (1981) [1934]. *The Wasteland and Other Poems*. Faber and Faber.
- Esri (2008). *Geography Matters™, An ESRI® White Paper*. <https://www.esri.com/library/whitepapers/pdfs/geography-matters.pdf.html>
- Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M.J., & Whatmore, S. (Eds.) (2009). *The dictionary of human geography* (5th Edition). Oxford Blackwell Publishing.
- Hacking, I. (1999). *The Social Construction of What?* Harvard University Press.
- Haggett, P. (2012). *The Quantocks: Biography of an English Region*. Chew Magna Somerset. The Point Walter Press.
- Houellebecq, M. (2010). *La Carte et le Territoire* (Pedro Tâmen, Trans.). Alfaguara (2011).
- Johnston, R. (2005). Geography – Coming Apart at the Seams? In N. Castree, A. Rogers & S. Douglas (Eds.), *Questioning Geography: Fundamental Debates* (pp 9-25). Blackwell Publishing.
- Lacoste, Y. (1976). *La Géographie ça sert d'abord à faire la guerre*. Maspero.
- Massey, D., & Allen, J. (Eds.) (1984). *Geography matters*. Cambridge. University Press.
- Massey, D. (2003). Some Times of Space. In S. May (Ed.), *Olafur Eliasson: The Weather Project* [Exhibition catalogue].
- Sack, R.D. (1997). *Homo Geographicus – A Framework for Action, Awareness and Moral Concern*. The John Hopkins University Press.
- Schopenhauer, A. (2014). *Essays and Aphorisms*. Penguin.

Social Science Bites (2013, Feb. 1). Doreen Massey on Space. *Social Science Bites*  
*Blog*. <http://www.socialsciencespace.com/2013/02/podcastdoreen-massey-on-space/>